



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: Mundo do Trabalho

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: análises dos trabalhadores ambulantes do Programa renda Alternativa em Rio das Ostras/RJ.

Resumo

Este artigo traz contribuições conceituais referentes ao mundo do trabalho, bem como da especificidade do trabalho informal em Rio das Ostras - vendedores ambulantes do Programa “Renda Alternativa” – para entender este universo tão heterogêneo e complexo de trabalhadores em condições precárias e inseridos numa lógica societária, da qual a estrutura fundante é a desigualdade social de uma sociedade dividida em classes. A inserção no mundo do trabalho e as mudanças ocorridas a partir do mesmo serão tratadas aqui, além da reestruturação produtiva, tendo como consequência o ataque frontal às formas rígidas de produção e de rotina do trabalho. A história do município de Rio das Ostras é retratada de forma objetiva para elucidação conjuntural dos acontecimentos na história do município.

Palavras-chave: Trabalho; Reestruturação Produtiva; Trabalho Informal; Precarização.

TRANSFORMATIONS IN THE WORLD OF WORK: analyzes of the itinerant workers of the Programa Alternativa in Rio das Ostras / RJ

Abstract

This article brings conceptual contributions regarding the world of work, as well as the specificity of informal work in Rio das Ostras - street vendors of the "Alternative Income" Program - to understand this heterogeneous and complex universe of workers in precarious conditions and inserted in a societal logic, of which the founding structure is the social inequality of a society divided into classes. The insertion in the world of work and the changes that have taken place from it will be dealt with here, in addition to productive restructuring, resulting in a frontal attack on the rigid forms of production and routine work. The history of the municipality of Rio das Ostras is portrayed in an objective way to elucidate conjunctural events in the history of the municipality.

Key-words: Work; Productive Restructuring; Informal Work; Precariousness.

Introdução

Neste texto trago contribuições conceituais referentes ao mundo do trabalho, bem como da especificidade do trabalho informal em Rio das Ostras - vendedores ambulantes do Programa “Renda Alternativa” – para entender este universo tão heterogêneo e complexo de trabalhadores em condições precárias e inseridos numa lógica societária, da qual a estrutura fundante é a desigualdade social de uma sociedade dividida em classes.

As características e peculiaridades do sistema capitalista flexível são tratadas na primeira parte deste artigo, bem como a inserção no mundo do trabalho e as mudanças ocorridas a partir do mesmo. Além da reestruturação produtiva, tendo como consequência o ataque frontal às formas rígidas de produção e de rotina do trabalho.

Na segunda parte, a história do município de Rio das Ostras é retratada de forma sucinta e objetiva para elucidação conjuntural dos acontecimentos na história do município. Quais os limites e possibilidades que a cidade oferece aos trabalhadores numa sociedade composta por antagonismos de classe? Como funciona o “Programa Renda Alternativa” no município? Quantos trabalhadores informais fazem parte desse programa? Quais os benefícios de estarem inseridos pelo programa? Esses e outros questionamentos foram suscitados ao longo da pesquisa.

Os rebatimentos das políticas neoliberais e as transformações “in loco” no mundo do trabalho

O capitalismo desponta em crise na década de 1970 em diante, por não ter mais como manter a sua forma “rígida” e o consumo interno. Implica-se a isso o cenário onde os países periféricos estão produzindo o que antes compravam dos países centrais, ou seja, não há um escoamento na produção interna deste. Esse modelo em vigor se esgota, pois o mesmo não consegue resolver os problemas inerentes ao próprio sistema capitalista, ele apenas os amortece, o que faz com que esses problemas ressurgam com grande força na década de 1970. Assim, o capitalismo como um todo, não conseguirá jamais resolver suas contradições.

Na década de 1970, os EUA e a Inglaterra, grandes potências mundiais, seguindo ideias do economista Frederick August Von Hayek começam a questionar o funcionamento das políticas do “Welfare State”, pois, segundo o mesmo, o Estado se torna “pesado”. Em outras palavras, o Estado acarreta funções demasiadas em sua estrutura, impedindo o melhor andamento do sistema, sobrecarregando-se.

Hayek proporciona uma saída:

Sua explicação parte do postulado de que o mercado é o melhor mecanismo dos recursos econômicos e da satisfação das necessidades dos indivíduos. De onde se conclui que todos os processos que apresentam obstáculos, controlam ou suprimem o livre jogo das forças do mercado terão efeitos negativos sobre a economia, o bem-estar e a liberdade dos indivíduos. (apud LAURELL, 1995, p. 161)

Dessa forma, introduz-se a lógica neoliberal que emergem transformações econômicas e ditam formas de organização da economia para a sociedade. Uma vez que não há mais o “perigo eminente” do comunismo - com a divisão da URSS e a queda do muro de Berlim - o mundo agora sobrevive somente com um sistema: o modo de produção capitalista.

Com a implantação do neoliberalismo tem-se o que chamamos de Contra-Reforma (BEHRING & BOSCHETTI, 2008), pois com essa política, ou seja, com a implantação desse novo modelo econômico, houve um retrocesso nas conquistas alcançadas anteriormente pelos trabalhadores. Isso pode se expressar em perda de direitos dos trabalhadores, na privatização de serviços sociais, etc. As políticas públicas tornam-se mercadorias, como a saúde e a educação, tendo um foco de remercantilização dessas políticas. A humanidade como um todo regride civilizatoriamente - desumanização. Assim, o neoliberalismo foi um retrocesso no âmbito das lutas políticas/sociais que envolvia a classe trabalhadora.

As políticas neoliberais foram firmadas, fundamentalmente, em 1989, quando se reuniram, em Washington, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o governo norte-americano, economistas e políticos latino-americanos e caribenhos de orientação neoliberal, para elaborarem um receituário para as economias periféricas.

Esse receituário ficou conhecido como o Consenso de Washington, e indica dez medidas que devem ser seguidas pelos países. São eles: ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado, privatizações, abertura comercial, fim das restrições ao capital externo, abertura financeira, desregulamentação, reestruturação do sistema previdenciário, investimento em infra-estrutura básica e fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas (BATISTA apud COUTO, 2006, p. 70)

Portanto, essas medidas de ajuste neoliberal estão sedimentadas num projeto ideológico, político e econômico que referenda a chamada “liberdade de mercado”, como demonstra os pressupostos de Hayek com apenas algumas características que lhe são peculiares e diferenciadas dos moldes do liberalismo de Adam Smith.

As principais medidas efetivadas pela política neoliberal são a privatização da economia. Empresas que antes eram administradas pelo Estado são vendidas para capitais privados. Motivo ideológico apresentado para a população: as empresas em mãos privadas têm mais recursos para investir que o Estado, conseqüentemente, age com maior eficiência, possui recursos mais sofisticados e modernos, produzindo com melhor qualidade. Sabemos que esse discurso é falacioso, pois as mesmas empresas quando estão em crise, recorrem a investimentos e capitais estatais.

Segundo o discurso neoliberal, a globalização é bem vinda: desregulamentação da economia, isto é, são suprimidas todas as leis que atrapalham os investimentos e o comércio. Exemplo: para melhorar a importação são reduzidas drasticamente as taxas alfandegárias. Capitais para investimento financeiro têm liberdade para circular pelos países. Claro que essa liberdade não ocorre de forma homogênea para todos os países. Há uma desigualdade econômica instaurada para países centrais e periféricos, tendo privilégios de mercado para o primeiro grupo de países.

Corte nos gastos públicos é um dos carros-chefes da propaganda neoliberal, pois há um gasto demasiado com políticas públicas e sociais. De acordo com a política neoliberal, os direitos sociais são exagerados, que só servem para onerar o Estado. Portanto, políticas sociais como saúde, educação, ajuda aos desempregados e aposentadorias devem ser responsabilidade não apenas do Estado, mas também da sociedade civil que deve fazer sua parte; decorre daí o apelo ao voluntarismo e à solidariedade.

Portanto, mínimo de Estado para o social, e em contrapartida, o máximo de Estado para investir e subsidiar empresas privadas. Mínimo para o trabalho e máximo para o capital, “criando um movimento mini-max, onde os investimentos seriam mínimos para o trabalho e, máximos para o capital”. (SADER apud COUTO 2006, p. 33).

Nos anos 80 e 90 do século XX, a maioria dos países do mundo adotou essas medidas. Quais os resultados para alguns países? A economia voltou a crescer - aumento do capital financeiro e do setor de serviços em detrimento do capital produtivo -, as novas tecnologias foram incorporadas à produção, os lucros subiram. Mas o neoliberalismo não conseguiu evitar a onda de crises econômicas que atormentaram o Japão, os Tigres Asiáticos, a Rússia e a América Latina; e hoje em dia nos EUA e na Europa. Mesmo nos países mais desenvolvidos houve uma enorme concentração de renda: os ricos ficaram mais ricos e os pobres, mais pobres.

As novas tecnologias - robótica, micro-eletrônica, etc. -, o crescimento do setor terciário e a diminuição do número de empregos nas indústrias cada vez mais automatizados ampliaram o desemprego estrutural, ocasionando maior contingente de miseráveis, e aumentado, consideravelmente, o exército industrial de reserva. “O grande avanço tecnológico deu como resultado um grande número de sobrantes no mercado de trabalho, apontando uma das mais graves expressões da questão social da atualidade, ou seja, o desemprego estrutural” (COUTO, 2006, p. 71).

Todo esse processo de transformação na política e no modo de produção será fulcral para entender as mudanças de foco no mundo do trabalho. Evidenciam-se assim, não mais o trabalhador formal com seus direitos garantidos e reservados em lei – sendo que, o trabalhador formal também foi bombardeado com a precarização do trabalho, com contratos temporários, contratos através de terceirizadas e quarteirizadas -, mas sim o trabalhador flexível do “setor informal”, inclusive, encorajando-os a entrar neste universo obscuro, mutável e, segundo o discurso neoliberal, com mais facilidades e vantagens. Diante disso, só nos resta a pergunta: mais facilidades e vantagens para quem?

De acordo com as mudanças e transformações ocorridas a partir da década de 70 do século XX, surge um novo padrão de acumulação e regulação social, com características peculiares e diferenciadas do modo de produção até então vigente.

O toyotismo, ou como alguns autores chamam de “terceira revolução Industrial”, conjuga uma nova forma de organizar o trabalho, a partir do avanço das novas tecnologias – informática, microeletrônica, robótica e etc.

Para Antunes,

o toyotismo é baseado em tecnologias de capital intensivas e poupadoras de mão-de-obra, os efeitos sobre a força de trabalho tem sido devastadores, caracterizando um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. Observa-se os fenômenos do aprofundamento do desemprego estrutural, da rápida destruição e reconstrução de habilidades, da perda salarial e do processo do poder sindical (ANTUNES apud BEHRING, 2000, p. 110)

(...) expressa uma forma particular de expansão do capitalismo monopolista do Japão no pós-45, cujos traços principais são: produção flexível, existência de grupos ou equipes de trabalho utilizando-se crescentemente da micro-eletrônica e da produção informatizada. A produção é bastante heterogênea, os estoques são reduzidos e há forte processo de terceirização e precarização do trabalho (ANTUNES, 2003, p. 38)

Verifica-se também, uma produção muito vinculada à demanda, com o mínimo de estoques possíveis. Com um mercado saturado e cada vez mais exigente e segmentado de forte concorrência, surge a produção flexível com produtos diferenciados, bem acabados e baratos. Enquanto no fordismo, a empresa concentrava cerca de 75% da produção; no toyotismo, somente 25% é produzido na empresa matriz, transferindo a terceiros grande parte da produção.

Destarte, com a reestruturação produtiva, há mudanças no mundo do trabalho, criando-se novas profissões e banindo-se outras que existiam anteriormente, pois, entramos na “era da informática”, da robótica. Como lembramos alhures, a indústria reduz o número da

força de trabalho, pois agora o que faziam cinco, seis ou até mais operários, apenas um realiza a mesma operação, é o advento da tecnologia, aumentando, com isso o exército industrial de reserva, provocando a grande exploração da mão de obra na indústria.

Sobre o exército industrial de reserva, Marx relata em sua obra “O Capital” sobre como é o processo de constituição de uma massa de trabalhadores ociosa e funcional para o sistema:

À medida que se implementam inovações técnicas poupadoras de mão-de-obra, tais ou quais contingentes de operários são lançados no desemprego, em que se mantêm por certo tempo, até quando a própria acumulação do capital requeira maior quantidade de força de trabalho e dê origem a novos empregos. Assim, a própria dinâmica do capitalismo atua no sentido de criar uma superpopulação relativa flutuante ou exército industrial de reserva. (MARX, 1996, p. 41)

Desde os tempos da acumulação primitiva do capital, o sistema burguês necessita de trabalhadores livres no mercado, como foi visto anteriormente, para fazer funcionar a dinâmica capitalista através da expropriação da força de trabalho humana. Mas o capitalista nunca absorveu toda a mão de obra de que necessitasse e que se encontra no mercado, sempre havendo trabalhadores sobrantes. Essa parte ociosa da classe dominada é estratégica para a acumulação do capital e o rebaixamento dos salários dos trabalhadores ativos. Isto quer dizer que, para Marx, “quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento (...) portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva” (MARX, 1996, p. 274).

Os trabalhadores informais – mais especificamente os vendedores ambulantes - estão situados neste universo de trabalhadores que não estão inseridos no mercado formal de trabalho, ou porque não conseguem, ou porque já desistiram de tentar procurar emprego, mas que estão disponíveis para qualquer momento serem capturados pelo mercado formal de trabalho pelo movimento do capital. Desse modo, se tornam funcionais ao sistema à medida que colaboram para o rebaixamento do nível de salários dos trabalhadores formais, configurando como componente do “exército industrial de reserva”.

Atualmente com ampla expulsão da classe trabalhadora dos postos de trabalho, observa-se a introdução da mesma em trabalhos precarizados e informal, totalmente desprovida de proteção social. Formando, assim, entre a classe trabalhadora, alguns segmentos de classes – trabalhadores precarizados, trabalhadores qualificados para o mercado de trabalho, entre outros segmentos. Para esses trabalhadores sobrantes resta a subcontratação com condições aviltantes para o mesmo.

Apesar de todos os esforços proferidos pelos neoliberais para a alavancada na economia mundial, ele não consegue atingir seu objetivo principal, que é aumentar a produção e ampliar as taxas de crescimento econômico. Ao invés disso, nota-se uma financeirização, favorecendo um crescimento especulativo da economia e não o seu crescimento produtivo.

Vendedores ambulantes integrantes do Programa Renda Alternativa em Rio das Ostras

“Esse tal de ‘Renda Alternativa’ tinha que ter outro nome. Devia se chamar ‘Renda Básica’, pois eu dependo disso, dona”. Fala intrigante de um dos entrevistados selecionados para a pesquisa que fazem parte do Programa Renda Alternativa. Ao desnudar o que está por trás dessas palavras, vêm à tona novos significados e a implicação sobre o próprio conceito e objetivo do Programa Renda Alternativa, não sendo mais uma alternativa para o sujeito que ingressa no programa, mas uma solução para a sobrevivência e reprodução social. A fala do entrevistado trás à tona a reflexão da centralidade do trabalho e da funcionalidade do trabalho informal na e para a sociedade contemporânea, problematizando seus rebatimentos para o cotidiano de sujeitos que não tem outra forma de subsistência, pois sua força de trabalho não encontra mais espaço no modo de produção capitalista de ser. Abordar essas e outras características dos trabalhadores inseridos no programa Renda Alternativa de Rio das Ostras é tarefa primordial para entender o universo desses trabalhadores.

Localizado entre os polos de desenvolvimento, ao sul turístico-comercial (Região dos Lagos) e ao norte petrolífero canavieiro (Campos/Macaé), Rio das Ostras é um atrativo turístico e econômico absorvendo pessoas de todos os lugares. O município de Rio das Ostras regulamenta atualmente as atividades de vendedores ambulantes e afins através da Lei Nº 1091, de 10 de Outubro de 2006.

O município de Rio das Ostras, por ser um atrativo econômico e turístico, sempre recebeu pessoas de variados lugares com expectativas de melhor qualidade de vida, trabalho, educação, etc., o que não significa que a absorção dessa força de trabalho sobranete ocorreu de fato e/ou ocorreu de forma imediata. Diante desse episódio incorreu na cidade um fenômeno ímpar: um quantitativo enorme de sujeitos não consegue angariar seu emprego desejado. A solução encontrada para muitos se esbarra, ou na dependência das políticas públicas compensatórias de assistência social, ou no ingresso ao trabalho informal, seja através de

“bicos” e/ou empregos temporários, seja através da inserção no ramo da atividade de vendedor ambulante, barraqueiro ou camelô¹.

Segundo relatos de alguns trabalhadores informais entrevistados, ser vendedor ambulante em Rio das Ostras há alguns anos atrás era mais vantajoso, pois o número de trabalhadores era infinitamente menor se comparado com o quantitativo original atualmente, com isso reduzia a concorrência entre vendedores de mesma mercadoria, o que acarretava maior rentabilidade. A ausência de fiscalização e regulamentação também foi apontada como característica do trabalho na época, não sendo necessário, pois o número de vendedores era reduzido, o que não causava tanta atenção por parte do poder público local.

Quando se perguntava a respeito das principais mudanças ocorridas que consideram importantes e que afetaram o trabalho do vendedor ambulante em Rio das Ostras, as respostas quase sempre são unânimes: o crescimento da cidade. Para eles, há uma correlação inscrita entre o crescimento da cidade e o aumento do número de vendedores ambulantes.

É preciso ter um pouco de cuidado ao analisar essa correlação de forma tão direta como os próprios vendedores ambulantes põe a respeito do assunto. Desmistificar essa falsa consciência e desvelar o que está por detrás dessa relação fazem-se imprescindível para não cairmos em armadilhas, e com isso apreender a essência do processo através da mediação. Essas mudanças ocorridas na cidade não escapam ao paradigma e reflexo da reestruturação produtiva. Como numa totalidade inscrita em complexos de complexos, Rio das Ostras está inserido num contexto societal nacional e internacional que implica rebatimentos para sua área econômico-social local.

O que se observa nas entranhas desse processo foi o que Pochmann (1999) denominou de “desassalariamento”, isto é, uma queda vertiginosa no nível de empregos com registro. Fundamentalmente se registra esse contexto a partir da década de 1990, não obstante em períodos posteriores, paralelamente ocorre o aumento populacional da cidade provocado pela atração de pessoas em busca de seu *El Dourado*.

Harvey (2001) explicita este processo ao analisar que a estrutura e disposição do mercado de trabalho em condição de acumulação flexível também se alteram constituindo-se por dois tipos principais de trabalhadores. O primeiro são os “empregados em tempo integral,

¹ Cabe aqui uma breve distinção entre esses três termos - vendedor ambulante, camelô e barraqueiro. O camelô geralmente vende suas mercadorias em uma barraca ou ponto fixo; já o vendedor ambulante vende com certa mobilidade e circulação pelas ruas oferecendo suas mercadorias aos transeuntes; e o barraqueiro tem uma peculiaridade de montar sua tenda - normalmente são barracas de restaurante – em festas grandes e/ou exposições das cidades.

condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização” que compõem o grupo do “centro”. Para esses trabalhadores, que são a gerência e o cérebro do capital, há maior probabilidade de segurança no emprego, como vantagens salariais, benefícios e promoções garantidos pelo próprio capital e leis respectivas, sendo constituída por um grupo seletivo e de número reduzido. O segundo grupo de trabalhadores, que compõem a chamada “periferia” abrange dois subgrupos. Trabalhadores também em tempo integral, o primeiro subgrupo possui “habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Com constante rotatividade no mercado de trabalho, as oportunidades deste subgrupo tendem a serem reduzidas se comparadas com o grupo do “centro”. O segundo subgrupo da “periferia” é composto por um número cada vez maior de trabalhadores caracterizados por empregos “em tempo parcial, empregados casuais, pessoal em contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídio público tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico” (Institute of Personal Management (1986): Flexible Patterns of work apud HARVEY, 2001, p. 144).

Essa consequência na estrutura da contratação das indústrias abre caminhos “para a formação e pequenos negócios” como dos trabalhadores autônomos e informais, não sendo tratados mais como coadjuvantes do sistema produtivo, mas sim como protagonistas de um mercado cada vez mais em expansão, indicando o “surgimento de novas estratégias de sobrevivência para os desempregados ou pessoas totalmente discriminadas” (HARVEY, 2001, p. 145)

Os trabalhadores informais, mais especificamente os vendedores ambulantes, se caracterizam pela venda de uma diversidade de mercadorias, desde alimentos, utensílios para o lar, objetos pessoais, artigos para entretenimento, lazer, etc. Utilizando-se de artifícios como a publicidade para a venda das mercadorias, o trabalhador informal objetiva a conquista de seus clientes através da fala, sinais, letreiros, legendas entre outros, sempre de forma inusitada para atrair o máximo de clientes possíveis.

Sendo uma percentagem considerável dos entrevistados do sexo feminino, cerca de 45%, a maioria ao declarar sobre a posição que representa na família, não hesitou em responder que se ocupa como chefe de família, ocupando 80% dos entrevistados, revelando que a questão de gênero perpassa este tipo de atividade e que as mulheres estão presentes no encargo e suprimento de suas famílias

Ao perguntar sobre as vantagens que esse tipo de trabalho proporciona, alguns trabalhadores relataram a ausência de “patrão” para ser mandado, cobrado ou pressionado. Sobre a ilusão da transformação do trabalhador em ser seu próprio patrão, Tavares (2004) analisa esse processo como necessário para a adesão e persuasão da classe trabalhadora ao novo movimento do capital:

O trabalhador autônomo, assim como qualquer microempresa ou outra instituição de mercado do gênero, está sujeito às vicissitudes do mercado capitalista mundial. Sabemos que a complexidade do mercado do modo de produção capitalista é cada vez mais acentuada, com novas formas de inserção de mercadorias no circuito da produção, com rebatimentos no aspecto financeiro da economia (junção do mercado industrial e bancário). Esse complexo de complexos faz com que o trabalhador autônomo esteja à deriva das flutuações de mercado, não estando tão livre e autônomo quanto pensa.

Portanto, a retórica de “ser seu próprio patrão” perpassa por mecanismos internos e externos que influenciam o verdadeiro papel do trabalhador autônomo: ser funcional ao sistema capitalista num objetivo maior, qual seja, minimizar custos de produção com a finalidade de otimizar o crescimento da extração de mais-valia. E essa otimização dos custos de produção é feita através da desregulamentação da economia, segundo Iamamoto, seja através do “aumento do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial, da chamada ‘flexibilidade’ das condições e relações de trabalho, além do desmonte dos sistemas de proteção social.” (IAMAMOTO, 2008, p. 111).

Uma das vantagens que mais se acentuou foi referente à flexibilidade do horário para trabalhar, podendo ir trabalhar a qualquer hora ou até mesmo optar em não ir trabalhar. Percebe-se certo fetiche em relação a isso, pois se optar por não trabalhar, o vendedor não tem renda, pois não vende as mercadorias. Ao perguntar sobre a dependência financeira neste tipo de trabalho, a maioria esmagadora – 90% - respondeu que depende do trabalho informal, desmistificando tal “liberdade” do horário flexível, ficando o trabalhador na dependência total das vendas enquanto vendedor ambulante.

O relacionamento com o público, a oportunidade de realizar novas amizades e o gosto pelo que faz foram apontados como vantagens do trabalho informal. O vendedor ambulante é um trabalhador que lida com o público em geral e necessita de artimanhas e estratégias para conquistá-lo. Essa conformidade com o tipo de trabalho pode ser averiguado ao constatar que 94% dos entrevistados não estão atualmente procurando outro tipo de trabalho, como emprego com carteira assinada, por exemplo.

A renda elevada que este tipo de atividade proporciona, apontado como vantagem do trabalho informal. Conforme esses fatores, a incidência de retorno ao trabalho formal se mostra esvaziada devido às vantagens oferecidas por este tipo de atividade. Mas esses mesmos benefícios se relativizam ao desnudar as desvantagens e malefícios que este tipo de trabalho proporciona para o trabalhador.

Em contrapartida as desvantagens, em maior quantidade que as vantagens, somam-se à insegurança no trabalho relativa às vicissitudes que o vendedor ambulante enfrenta por ser um trabalhador de rua, tais como roubo. O trabalhador na dependência da fiscalização, apesar de haver a legalidade e/ou regularização para o trabalho, os fiscais demandam o local, horário e etc. para a venda das mercadorias dos vendedores.

A dependência de agentes externos como os fenômenos naturais - clima tempo – estão entre as desvantagens, pois devido à ocorrência da venda das mercadorias serem a “céu aberto”, principalmente em vias públicas com a maior circulação possível de transeuntes, os mesmos esperam ansiosamente que os dias de trabalho estejam com o clima favorável, do contrário não há vendas, e conseqüentemente, não há renda naquele dia.

Outra desvantagem apontada são que os dias de trabalho, na maioria das vezes, acontecem em horário reverso da maioria - finais de semana e feriados, quando ocorrem as melhores vendas. Observa-se uma contradição neste ponto, pois os que relataram esta desvantagem também comentaram do horário flexível como uma vantagem para este tipo de trabalho. Desmistifica-se o primeiro argumento pelo segundo, pois na realidade os horários flexíveis, para a maioria dos vendedores, se tornam uma ilusão, pois os mesmos são quase que obrigados a trabalharem em finais de semana e feriados quando a movimentação para as vendas são maiores, não sendo os dias de trabalho tão flexíveis quanto parecem.

Instabilidade no valor da renda mensal, em face do que ocorre na região o fenômeno da alta e baixa temporada, em alguns casos, a renda diverge drasticamente de uma estação para outra, dificultando a base de cálculo para a renda mensal. A renda de grande parte dos vendedores - cerca de 40% - é de 3 a 4 salários mínimos, considerada bem elevada se comparado com alguns trabalhos formais com profissões de “status” na sociedade atual. Não desprezando também que 50% dos trabalhadores tem renda de 1 a 2 salários mínimos, considerando uma boa remuneração atualmente se comparado com o nível de escolaridade – gráfico 6 - da maioria dos trabalhadores informais e o nível de escolaridade exigido pelo mercado de trabalho. Justifica-se assim, a permanência prolongada dos indivíduos nesta

modalidade de trabalho ao qual 60% dos trabalhadores tem mais de 10 anos nesse tipo de atividade.

Perseguição do poder público é apontada como outra desvantagem. Quando se refere ao poder público, quer dizer a fiscalização feita pelos fiscais do COFIMS, dos quais muitos trabalhadores reclamam de uma postura desrespeitosa, com posturas até agressivas e marginais, em certas ocasiões.

Desgaste físico, emocional e psicológico muito grande, enquanto desvantagem, devido às longas horas trabalhadas e poucos dias de lazer ou folga, e com sobre-carga de peso das mercadorias para transportar, o que intensifica o ritmo de trabalho e provoca possíveis problemas de saúde, como lesões na coluna, etc.

A dependência geracional deste tipo de trabalho, como nos ofícios artesanais de séculos passados, que eram passados de pai para filho, de modo semelhante o trabalho informal é perpassado entre os membros de uma mesma família. As novas gerações estão inseridas numa sociedade cuja relação trabalhista é desprovida de qualquer vínculo salarial formal, caracterizada por uma fragilidade na oferta de empregos, não vislumbrando alternativa a não ser o trabalho informal.

A ausência dos direitos sociais e trabalhistas é o mais relatado entre as desvantagens deste tipo de trabalho. Um exemplo disso é quando o trabalhador está doente, pois não tem como trabalhar, e, conseqüentemente, não há renda. Sem qualquer direito trabalhista formal, o trabalhador se sujeita às intempéries da vida na informalidade. Salvo raríssimos casos em que o trabalhador contribui para aposentadoria, seja privada ou pública, via INSS.

As conseqüências do processo de reestruturação produtiva são sentidas onde 80% dos entrevistados já trabalharam com carteira assinada no processo formal de trabalho. Conforme Cardoso, “a indústria passou a desempregar intensamente, mas os outros setores urbanos não geraram empregos suficientes para acolher os redundantes da reestruturação industrial” (CARDOSO, 2003, p. 260).

Harvey (2001) denomina esse momento de transformações econômicas capitalistas de “acumulação flexível”, na qual expulsam trabalhadores do mercado formal de trabalho e que possui características contrárias à rigidez do fordismo.

Com esse novo perfil do trabalhador em finais do século XX e início do século XXI, configuram também as formas de organização do mesmo, não mais sindicatos com operários assalariados, mas organizações e associações que fazem ressurgir com demandas e

anseios dos novos trabalhadores ditos “autônomos” que se inserem no mercado de trabalho, mas que não estão livres das “amarras” do modo de produção capitalista.

Considerações Finais

A velocidade com que a sociedade do capital se transforma, e conseqüentemente complexificam as relações sociais intrínsecas a ela é de uma magnitude e imensidão sem fim. Rebatimentos são sentidos em todos os aspectos da vida em sociedade, sejam nas relações econômicas, culturais, sociais, políticas, etc. Não seria diferente para o mundo do trabalho, especificamente para o trabalho informal.

Atualmente, a informalidade apresenta contornos diferenciados, principalmente diante da reestruturação produtiva advinda da crise de 1970. O modo de acumulação flexível se configura num sincretismo de estratégias para a obtenção do lucro, mesclando mais-valia absoluta e relativa. Harvey (2001) ao fazer menção às modalidades de acumulação capitalista mostra como uma forma de extração de mais-valia se nutre da outra.

O retorno de formas arcaicas de produção “bem como o enorme crescimento das práticas do ‘setor informal’ por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo” (HARVEY, 2001, p. 178).

Assim sendo, o modo de produção capitalista tem sua própria dinâmica, ao substituir de um modo cada vez mais intensivo, trabalho vivo por trabalho passado (leia-se trabalho morto), já que a máquina efetiva o trabalho de diversos homens ao mesmo tempo, sempre determinando o ritmo de trabalho do homem que opera a máquina. Esse princípio é construído para um resultado provável: produzir mais, em menos tempo e com o mínimo possível de custo em força de trabalho.

Mas, interessante observar que todo esse procedimento não poderá eliminar jamais a força de trabalho do processo produtivo, visto que, como vimos alhures, é a única mercadoria que produz um valor excedente que é apropriado pelo capitalista.

No demais, com todo o processo de reestruturação produtiva do capital observado nas últimas décadas, cabe aqui o esclarecimento de que o que se observa na esfera da produção é a diminuição drástica dos postos de trabalho em favorecimento da esfera da circulação e distribuição, tendo rebatimentos para a classe operária através de desempregos em massa. Mas, antes de cair numa visão unilateral do processo histórico da sociedade

burguesa, o desemprego estrutural se desdobra tão somente com vários complexos determinantes em sua gênese e formação, sendo este apontado nesta pesquisa apenas um dos fatores. Portanto, todo esse processo é resultado das relações sociais de produção, de uma condição de produção especificamente capitalista, ou seja, da “subsunção real” do trabalho no capital.

Diante dessas considerações não existe uma economia formal e outra economia informal. O que se constata é uma economia somente regida pelo modo de produção capitalista. É um argumento falacioso essa dicotomia que mistifica a realidade contraditória do sistema. Na verdade, o capitalista utiliza o termo “informal” para aparentar que o mesmo está à parte das relações sociais capitalistas, quase que uma “entidade autônoma” às relações entre capital e trabalho, vide a ilusão do trabalhador informal em ser seu próprio patrão. O que se observa de forma acurada por trás desse processo, é a exploração intensificada do capitalista sobre o trabalho informal, utilizando-o de maneira sutil para a finalidade primordial do capital, qual seja, a extração de mais-valia.

De certo, é que eles (vendedores ambulantes) estão presentes, configurando e dando novas decorações de cores, luzes, cheiros e aromas ao espaço urbano à nossa volta. Sem eles, as ruas e avenidas amanheceriam sem forma e vazia. E a cidade não seria a mesma. São úteis para o sistema? Isso com absoluta certeza e, inclusive, eles tem seu lugar no espaço e no modo de produção capitalista. Como organizá-los de maneira tal a formar um bloco homogêneo, com finalidades em comum para benefício próprio? Isso só eles poderão responder a fim de concretizar tal objetivo, pois são sujeitos de sua própria história em sociedade.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9 ed. – São Paulo: Cortez: 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. O Brasil e a mundialização do capital: privatização, deslocalização e flexibilização das relações de trabalho. In: SERRA, Rose (org.). **Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens**. Rio de Janeiro: Cortez, 2000.

_____ & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 2).

CARDOSO, Adalberto Moreira. Os sindicatos e a segurança socioeconômica no Brasil. In.: RAMALHO, José Ricardo & SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). **Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LAURELL, Ana Cristina (org.). Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. IN.: **Estado e políticas sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia política**. V. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.